

# panorama

inforegio

33

Primavera 2010

## Avaliação da Política Regional

Conteúdos e resultados

## EDITORIAL

Dirk Ahner

3

## VISÃO GERAL

A avaliação *ex post* 2000-2006 dos Objectivos 1 e 2: visão geral e os resultados atingidos

4-7

## ENTREVISTAS

Terry Ward – Elżbieta Bienkowska – Albino Caporale – John Bachtler

8-11

## À VOLTA DA EUROPA

Avaliação *ex post* do Objectivo 1 & 2 2000-06: os resultados atingidos

12-13

## POR ESSA EUROPA FORA

Metro de Atenas  
CzechInvest  
Parque de ciência e empresas na Finlândia  
A integração da perspectiva de género em Salzburg

14-17

## OLHAR MAIS DE PERTO

Métodos usados na avaliação

18-19

## TERRENO COMUM

Como é feita a avaliação em diferentes partes da UE

20-22

## ASSUNTOS REGIO

Apresentação do Comissário Hahn, o novo Comissário Europeu da Política Regional

23

## TRABALHO EM REDE

24-25

## POR DENTRO DOS NOSSOS PROJECTOS

Projecto Longlife - Serviços de saúde competitivos

26-27

## DATAS E EVENTOS – DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

28

Fotografias (páginas):

Capa:

Páginas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12-13, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26 © CE

Página 8: © Terry Ward

Página 9: © Ministry of Regional Development

Página 10: © Albino Caporale

Página 11: © The University of Strathclyde

Página 15: © Sochor Jiří

Página 16: © Lahti Region Image Bank

Página 17: © Rupert Pagitsch

Página 27: © Minna Mäkinieni

Esta revista é impressa, em papel reciclado, em inglês, francês e alemão.

Está disponível em linha em 21 línguas no seguinte endereço electrónico:

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/panora\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panora_pt.htm)

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.



A avaliação é um tema cada vez mais importante no âmbito da Política de Coesão. Razão pela qual decidimos fazer dela o centro das atenções nesta edição da revista Panorama. Queremos debater uma série de questões-chave com base na nossa experiência nas avaliações *ex-post* no período de programação 2000-2006 – Quem deve fazer este trabalho? Como? Quando? E como é que os resultados contribuirão para a mudança? Será que há possibilidade de se aplicarem abordagens mais rigorosas e analíticas?

O período 2000-2006 ficou marcado por uma mudança fundamental da estrutura da UE, a adesão de 10 novos países. As disparidades daí resultantes acentuaram o papel da Política de Coesão, tornando a avaliação *ex post* deste período particularmente difícil. As estatísticas demonstram que o forte crescimento nos novos Estados-Membros reduziu as disparidades em termos de PIB *per capita* em toda a União Europeia. Mas quanto se deveu à Política de Coesão? Esta, e outras questões, são discutidas nas páginas que se seguem.

Ao falar com as autoridades de gestão e gestores de projectos, apercebemo-nos que os métodos utilizados para a concretização da Política de Coesão estão a contribuir para a forma como as políticas nacionais estão a funcionar – acompanhamento, avaliação, afinação geral das práticas ligadas ao planeamento plurianual que podem ser usadas noutras circunstâncias. A Política de Coesão está a servir para impulsionar novas formas de legislação e métodos de execução nas administrações das regiões, vilas e aldeias em toda a Europa.

Apesar de no sítio Info regio estarem disponíveis toda uma série de relatórios, condições gerais, bases de dados e estudos de caso, e estando prevista a inclusão de mais informações nos próximos 18 meses, a Direcção-Geral da Política Regional continua a mostrar-se interessada em ouvir o que afirmam os decisores políticos, académicos e todos os que estão envolvidos na Política Regional, independentemente da sua capacidade, a respeito das provas que possuem sobre o desempenho da Política.

As entrevistas que incluímos nesta edição são reveladoras e contribuem para este debate: dois académicos, uma autoridade de gestão e o Ministro do Desenvolvimento Regional da Polónia dão a sua visão sobre os aspectos positivos e negativos do período 2000-2006.

Por último, a revista Panorama dá as boas-vindas ao novo Comissário da Política Regional, Johannes Hahn, e pergunta-lhe quais são as prioridades e expectativas para este período como Comissário.

**Dirk Ahner**

Director-Geral, Comissão Europeia  
Direcção-Geral da Política Regional

« A Política de Coesão está a servir para impulsionar novas formas de legislação e métodos de execução nas administrações das regiões, vilas e aldeias em toda a Europa. »

# A AVALIAÇÃO *EX POST* 2000-2006

## DOS OBJECTIVOS 1 E 2: OS RESULTADOS ATINGIDOS

**Entre 2000 e 2006, a Política de Coesão não só utilizou um terço do orçamento da UE, como foi também uma política posta à prova pela história e que ajudou a mudar o próprio rumo da história. O alargamento da UE a 10 novos Estados-Membros, em 2004, acentuou as disparidades económicas e sociais de forma nunca antes vista. A Política teve que responder a este desafio sem esquecer os que existiam na «antiga» UE a 15.**

A avaliação *ex post* deste período incide sobre a análise dos resultados em todas as regiões e a identificação de quaisquer possibilidades que pudessem tornar a Política ainda mais bem-sucedida na resposta aos seus desafios. A avaliação não poderia abraçar todos os pormenores da Política de Coesão entre 2000 e 2006, relativamente a mais de 230 programas do Objectivo 1 e 2. Contudo, através dos 14 elementos que a compõem consegue-se perceber a contribuição da Política para o verdadeiro desenvolvimento das regiões mais pobres da UE (Objectivo 1), o processo de reestruturação nas áreas do Objectivo 2 e a resposta aos objectivos de Lisboa. Outras avaliações, actualmente em curso, irão concentrar-se nos efeitos do Fundo de Coesão, do Fundo Social Europeu e das iniciativas comunitárias URBAN e INTERREG.

### Regiões mais pobres recuperam

As estatísticas demonstram que as disparidades em termos de PIB *per capita* diminuíram entre Estados-Membros e também entre as regiões. O factor que mais contribuiu para este resultado foi o crescimento acelerado na UE a 10. A questão principal para a avaliação era até que ponto é que este sucesso poderia ser atribuído à Política de Coesão. Os primeiros dados surgem de dois modelos macroeconómicos. Em ambos os modelos damos conta que os programas nas regiões de Objectivo 1 aumentaram o potencial produtivo de longo prazo das economias, assim como o nível de PIB *per capita*. Os modelos mostram ainda que toda a UE, não só as regiões beneficiárias, retiraram vantagens da Política de Coesão.

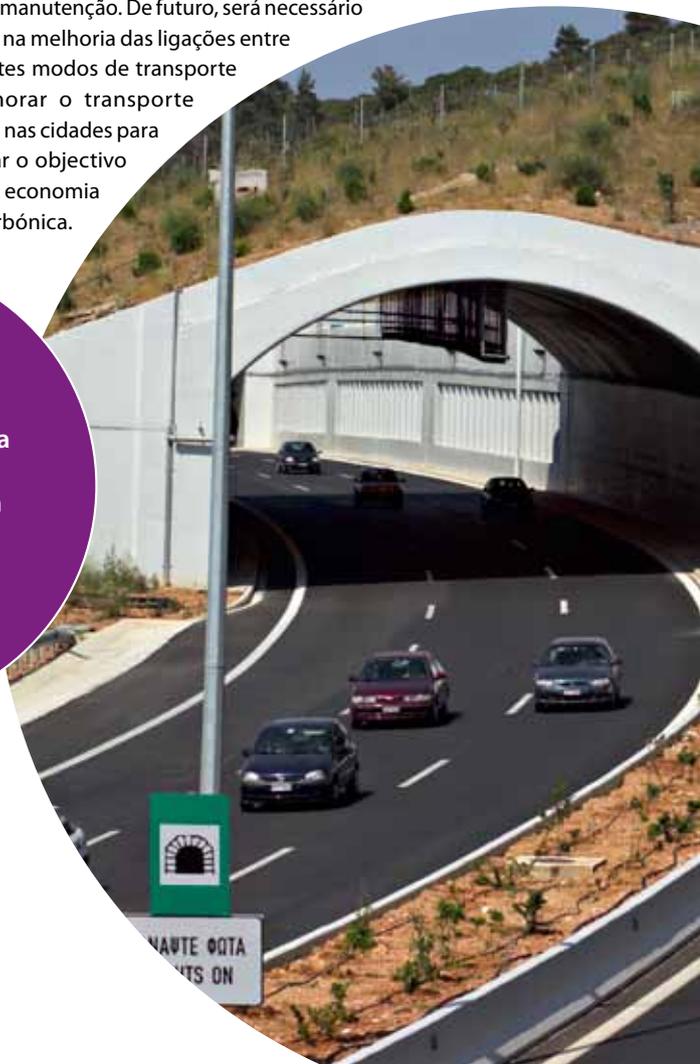
Estudos temáticos analisaram o desempenho da Política em áreas-chave. Os estudos contribuíram para o trabalho por modelos e demonstraram que o PIB não é único elemento em que devemos basear as nossas conclusões. Estes mesmos estudos fornecem provas que permitem encetar um verdadeiro diálogo entre os Estados-Membros, as regiões e a Comissão.

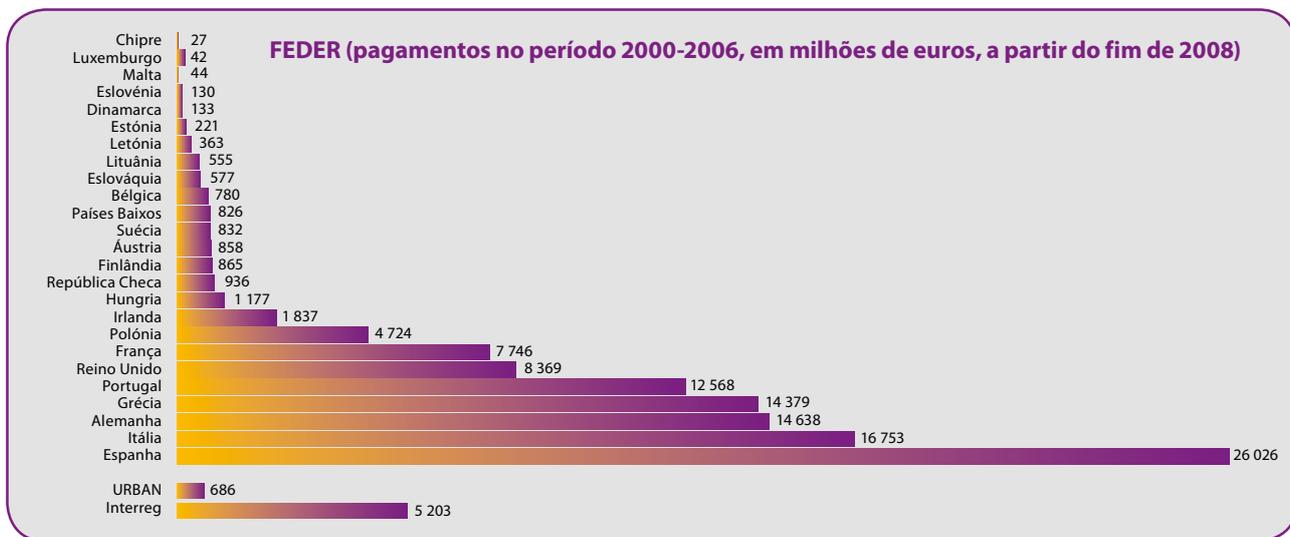
### Um melhor sistema de transportes para os cidadãos e um mercado único eficiente

Dos 8 500 km de auto-estradas construídos durante este período na UE, 2 043 km (24 %) foram o resultado directo de investimento co-financiado pelo FEDER. Grande parte deste investimento foi feito nas regiões mais pobres na Grécia, em Espanha e Portugal. O FEDER co-financiou a construção de 294 km de linhas de alta velocidade, o que representa cerca de um quarto do total de km realizado em Espanha e Itália. O FEDER contribuiu ainda para a modernização de 31 aeroportos e 45 portos de mar, a maioria situados nas zonas com maiores dificuldades na UE. A avaliação contínua dos projectos apoiados pelo Fundo de Coesão fornecerá, no próximo ano, mais informações complementares.

O FEDER contribuiu mais para investimentos em estradas do que em ferrovias, sobretudo nos países da UE a 10 em que era urgente melhorar a rede rodoviária. A avaliação confirma que a UE a 10 ainda precisa de modernizar as suas redes de transporte. Mas o estudo equaciona o facto do financiamento da UE para as estradas, numa UE a 15, carecer de uma prioritarização mais rigorosa dos projectos e questiona a necessidade de dar prioridade a projectos de investimento em estradas e questiona o apoio a estradas locais e manutenção. De futuro, será necessário investir na melhoria das ligações entre diferentes modos de transporte e melhorar o transporte público nas cidades para alcançar o objectivo de uma economia hipocarbónica.

« Os modelos mostram ainda que toda a UE, não só as regiões beneficiárias, retiraram vantagens da Política de Coesão. »





## Ambiente: respeitar os padrões da UE e explorar o potencial de crescimento

Uma grande parte do apoio concedido a projectos ambientais nas regiões mais pobres ajudou os Estados-Membros a cumprir as Directivas relativas à qualidade da água e tratamento de águas residuais urbanas, através do co-financiamento de novas instalações de tratamento de água para consumo humano e de águas residuais, especialmente em zonas rurais. Cerca de 14 milhões de pessoas ficaram assim ligadas à rede de distribuição de água potável em suas casas e estima-se que cerca de 20,5 milhões ficaram ligadas à rede de tratamento de águas residuais.

A avaliação concluiu que a construção de infra-estruturas (projectos de tratamento de água e de águas residuais) foi frequentemente motivada por considerações ambientais. Daí que a conclusão seja de que a Política de Coesão contribuiu, de facto, enquanto objectivo autónomo, para a melhoria do meio-ambiente. A Política de Coesão não se traduz apenas no apoio ao crescimento do PIB e na ajuda às regiões para poderem desenvolver o seu potencial económico. Esta Política contribuiu para garantir que todos os cidadãos tiram partido do crescimento económico, independentemente de onde vivem. Contribui para um processo que pretende garantir que o crescimento é acompanhado pela melhoria dos padrões e da qualidade de vida, e ainda que o desenvolvimento ocorre de forma equilibrada nos diferentes territórios, preservando os elementos físicos e naturais das regiões.

A questão futura que se coloca é de saber de que forma as regiões podem aproveitar os desafios colocados pelas alterações climáticas e da protecção ambiental para reforçar a competitividade das suas empresas nos mercados mundiais.

## Empresas: empregos e inovação

As PME foram o principal beneficiário dos apoios do FEDER às empresas, tendo recebido 83 % deste fundo no período 2000-2006. Este facto reflecte bem as prioridades das políticas nacionais - a política empresarial centra-se nas pequenas empresas na maioria dos Estados-Membros. O empreendedorismo e a criação de empresas são as grandes prioridades. Os 30 programas gastaram grande parte deste financiamento em empresas (o que representa cerca de 60 % da dotação total investida nesta área) e criaram, pelo menos, 638 000 empregos.

Os instrumentos directos (i.e., apoio financeiro, maioritariamente sob a forma de subsídios, mas também empréstimos e aumento de capital) continuam a ser o principal sustentáculo do apoio do FEDER às empresas e à inovação, representando aproximadamente 69 % dos gastos durante este período. A avaliação identificou uma tendência no sentido de passar de uma «estratégia de reestruturação e diversificação» limitada para estratégias mais abrangentes com maior ênfase na inovação e com uma maior panóplia de instrumentos. A utilização de instrumentos indirectos (i.e., apoio não financeiro, tal como serviços às empresas, redução das burocracias administrativas, os *clusters*, as redes e a transferência de conhecimentos) cresceu consideravelmente durante este período. A variedade de instrumentos ficou mais evidente na área do apoio às empresas mais pequenas - em contrapartida, o apoio às grandes empresas foi feito quase exclusivamente sob a forma de subsídios a fundo perdido.

Parte desta avaliação incidiu sobre o desempenho de empresas na Alemanha de Leste subsidiadas comparativamente a empresas não-subsidiadas. O estudo provou que as empresas subsidiadas tiveram melhor desempenho em termos de investimento, I&D e pedidos de registo de novas patentes.

## Estruturas económicas vetustas podem ser alteradas – mas isso requer tempo e vontade política

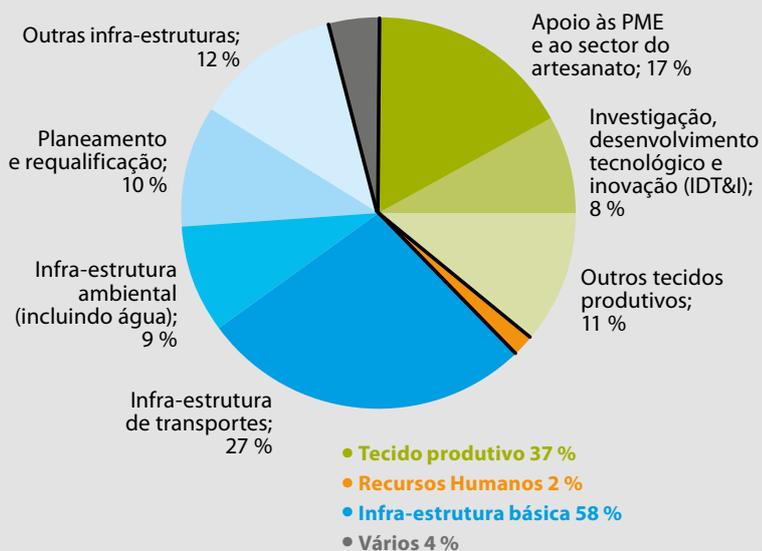
Uma avaliação de certas regiões com mudanças estruturais em curso (regiões do Objectivo 2) demonstrou que os programas de desenvolvimento regional podem contribuir realmente para a mudança da estrutura económica e social de uma região, quebrando a dependência das velhas indústrias. Mas estes processos demoram tempo, por vezes décadas, e exigem vontade política. O estudo concluiu ainda que o FEDER pode reforçar e acelerar este processo. Estudos de casos provam que a focalização na inovação e na investigação são a forma de avançar, apesar de esta não ser uma estratégia isenta de riscos. As partes interessadas das regiões do Objectivo 2 sublinharam o facto da Política de Coesão da UE, com o seu carácter multianual e a abordagem programática (o que implica a análise e objectivos de desenvolvimento claros) poder integrar um processo de longo prazo nas regiões em reestruturação.

## Uma política adaptável e flexível

Em 1999, quando foram concebidos os programas da Política de Coesão para o período 2000-2006, a alteração climática, o envelhecimento das nossas sociedades e a globalização ainda não constavam da agenda política. Graças a estudos de casos e exemplos de boas práticas, a avaliação *ex post* demonstra que as regiões – algumas, não todas – usaram programas para responder a estes novos desafios. Estas regiões não esperaram pelas orientações de «Bruxelas»; agiram e os programas da Política de Coesão provaram ser suficientemente flexíveis para poder integrar estas iniciativas. A experiência destas regiões pode ser usada para conceber melhor as políticas futuras.

« A experiência acumulada até à data leva-nos a acreditar que uma proliferação de objectivos “horizontais” desligados do seu contexto, não é a melhor maneira de trabalhar »

### Domínios de intervenção (dados relativos ao FEDER, complementos de programação – período 2000 e 2006)



A Política Coesão ajuda a combater as mudanças climáticas

## Governança – um verdadeiro valor acrescentado

A aplicação correcta e eficiente dos programas da Política de Coesão é um desafio para todas as administrações envolvidas, tanto para os «novos» como para os «velhos» Estados-Membros. Em 2004/05, muitas foram as vozes cépticas que se levantaram afirmando que os novos Estados-Membros não seriam capazes de criar instrumentos de gestão eficazes num espaço de tempo tão curto. Mas a avaliação provou que estes pessimistas estavam errados! Demonstrou que estes Estados-Membros aprenderam depressa, e que a sua grande vontade os tinha ajudado a ultrapassar os problemas iniciais de uma nova política. Mais importante ainda, há indícios de que estes Estados-Membros adoptaram alguns dos elementos chave nas suas políticas internas – programação multianual, envolvimento alargado dos principais agentes interessados, monitorização e avaliação – o que conduziu a uma tomada de decisões mais eficaz.

Um aspecto interessante é ainda o facto da Política de Coesão, com as suas dezenas de milhares de projectos, ter aplicado na prática inúmeros aspectos da regulamentação da UE – por exemplo, as regras aplicáveis aos concursos públicos. Graças à Política de Coesão, as administrações nas aldeias, nas vilas e nas cidades familiarizaram-se com as novas práticas e legislação.

**A sociedade do conhecimento é uma das prioridades da Política de Coesão**



## Definir prioridades horizontais – o caminho do futuro?

Não há dúvidas de que o ambiente, a criação de emprego, as alterações climáticas, o apoio às pequenas e médias empresas, a sociedade do conhecimento e a igualdade de oportunidades estão no topo da agenda da Política de Coesão. Mas a amplitude e a natureza dos problemas variam de região para região. A Política deve dispor de meios efectivos para passar das intenções à acção em contextos diferentes.

Vários estudos da avaliação *ex post* debruçaram-se sobre a eficácia das prioridades «horizontais» no cumprimento dos objectivos. Doze estudos de casos examinaram a questão da igualdade de oportunidades, tendo lamentavelmente concluído que apesar de a maioria dos documentos da programação referir a necessidade de garantir a igualdade entre homens e mulheres, apenas alguns desses programas aplicam essas ideias na concepção e execução de projectos financiados pelo FEDER. A igualdade de oportunidades era encarada como uma questão da alçada do Fundo Social Europeu. Nos programas de maior envergadura, a promoção da igualdade de oportunidades foi integrada na estratégia e impulsionada pelos líderes políticos.

Tudo isto levanta uma questão para o futuro: será melhor ser mais selectivo e específico sempre que uma região escolhe os melhores instrumentos para atingir os seus objectivos? A experiência acumulada até à data leva-nos a acreditar que uma proliferação de objectivos «horizontais» desligados do seu contexto, não é a melhor maneira de trabalhar no futuro.

## Encorajar a realização de mais estudos e o debate público

Todos os documentos elaborados nos três anos da avaliação *ex post* – mandato, relatórios intercalares, bases de dados, estudos de casos, exemplos de boas práticas, relatórios finais, sumários executivos – foram publicados no sítio *web* Inforegio. Outros relatórios e informações serão publicados nos próximos 18 meses descrevendo o impacto da Política de Coesão, reforçando assim as provas do bom desempenho desta Política. A Direcção-Geral da Política Regional encoraja o debate e a realização de estudos mais aprofundados por parte dos decisores políticos, da comunidade académica e do público em geral.

**PARA SABER MAIS SOBRE AS AVALIAÇÕES, VISITE O INFOREGIO, EM:**  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/rado2\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/rado2_en.htm)

## TERRY WARD

Director de Investigação da Applica sprl



### Há dois anos que Terry Ward tem vindo a coordenar a avaliação ex-post do FEDER, período 2000-2006

#### *Do seu ponto de vista, qual foi o impacto da Política de Coesão no período de programação 2000-2006?*

As estatísticas mostram que as regiões que receberam financiamento cresceram mais rapidamente do que as outras no mesmo período de tempo. Isto é especialmente válido para as regiões do Objectivo 1 em quase todos os Estados-Membros. Mas também se aplica às regiões apoiadas ao abrigo do Objectivo 2; em geral, quanto maior era o financiamento, melhores foram os resultados. De igual forma, as políticas seguidas na UE incidiram grandemente sobre aquela teoria económica e organizações internacionais, como a OCDE, afirmam ser acertadas – em especial a melhoria da infra-estrutura e o reforço do tecido empresarial. Existem igualmente provas de que a Política de Coesão contribuiu muito para que a atenção política se centrasse nos problemas críticos de desenvolvimento regional, e para incentivar o trabalho das pessoas no terreno no sentido de resolver esses problemas. A dificuldade reside na criação de uma relação directa entre as medidas políticas tomadas e o desempenho regional, o que não é surpreendente, atendendo a tudo o demais que estava ser feito. Mas é possível realçar os resultados tangíveis de medidas específicas, o que está aliás em sintonia com a eficácia das políticas. É difícil estabelecer uma relação directa nos países da Europa Central e Oriental porque estes países apenas começaram a receber fundos a partir de meados de 2004, mas os resultados apontam para o facto dos fundos terem sido usados de forma construtiva e terem ajudado a criar uma base sólida para as políticas de desenvolvimento regional no período em curso.

« A experiência na utilização dos Fundos Estruturais influenciou (em geral de forma positiva) as práticas e os procedimentos decididos pelos Estados-Membros de gestão das suas próprias políticas internas »

#### *Se pudesse mudar um dos aspectos da Política, qual seria?*

Obrigar os governos da UE a definir em termos concretos quais os objectivos esperados do financiamento obtido e de que forma esse financiamento iria contribuir para o desenvolvimento regional, ou para um maior equilíbrio territorial, e definir indicadores quantitativos compreensíveis e objectivos que possibilitem o acompanhamento das medidas, não só permitiria uma melhor avaliação das políticas como encorajaria igualmente uma utilização mais efectiva dos fundos. Isto provavelmente teria de andar, a par e passo, com a previsão de condições adicionais para a concessão de financiamento e com o incentivo ao debate público nacional sobre objectivos e resultados concretos das políticas.

#### *Será que a política se deveria centrar em áreas específicas para poder ser mais eficaz?*

Sim e não. É claro que os fundos têm que ser suficientemente avultados para se sentir a diferença, o que significa que não devem dispersar-se por áreas de intervenção muito alargadas. Mas, na realidade, as regiões têm problemas e necessidades distintas, difíceis de identificar a nível central, e isso leva-nos a concluir que devem ser as regiões a escolher um número limitado de áreas de intervenção nas quais irão concentrar os fundos. Tal facto também facilitaria o acompanhamento e a avaliação da Política de Coesão.



Apoio às pequenas empresas

# ELŻBIETA BIEŃKOWSKA

Ministra do Desenvolvimento Regional, Polónia



**Entre Janeiro de 1999 e Novembro de 2007, Elżbieta Bieńkowska trabalhou no Gabinete silesiano Voivodship Marshall (Silesian Voivodship Marshall Office). Enquanto directora do Departamento do Desenvolvimento Regional foi responsável pela programação e aplicação dos instrumentos de desenvolvimento regionais financiados pelos programas de pré-adesão da UE, assim como pelos Fundos Estruturais, no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN) 2004-2006 e pela Estratégia Nacional de Coesão 2007-2013.**

*Do seu ponto de vista, qual foi o impacto da Política de Coesão no período de programação 2000-2006?*

Antes de mais, a Política de Coesão resultou numa melhoria dos principais indicadores macroeconómicos. E isso teve um impacto directo em termos de convergência económica, social e territorial da Polónia com os países mais desenvolvidos da UE.

Os fundos europeus ajudaram a melhorar gradualmente a qualidade da infra-estrutura. Além disso, graças à Política de Coesão, o nível de governança e de administração melhorou substancialmente.

O impacto da coesão social fez-se sentir, sobretudo, nas taxas de desemprego e de criação de emprego. Estima-se que, entre 2004 e 2007, cerca de 20 % dos empregos tenham sido criados graças a fundos da UE. Um em cada três zlotis investidos na Polónia através de projectos públicos devem-se ao estímulo dado pelos fundos da UE.

A Política de Coesão tem sido um acelerador significativo durante este período de prosperidade. Mas, acabou por servir de escudo de protecção contra os efeitos desastrosos da crise económica. As empresas públicas e privadas recorreram aos fundos europeus para, dessa forma, ter acesso ao crédito, já que este era limitado. Na minha opinião, a Política de Coesão é uma espécie de óleo que ajuda o motor a funcionar.

*Se pudesse mudar um dos aspectos da Política, qual seria?*

Olhando para a forma como a Política de Coesão deu provas de ser um instrumento eficiente para o desenvolvimento sustentável da Polónia, penso que devia haver uma maior ênfase no apoio às potencialidades das regiões para se tornarem mais competitivas.

*Quais são então os maiores desafios para a Polónia em termos de Política de Coesão?*

Na minha opinião, não restam dúvidas de que a utilização efectiva dos fundos europeus contribui para reforçar a competitividade das regiões e colmatar as diferenças económicas e sociais entre elas. A julgar pelos resultados atingidos pela Polónia até agora, estou confiante que seremos bem-sucedidos.

« Estima-se que, entre 2004 e 2007, cerca de 20 % dos empregos tenham sido criados graças a fundos da UE »



Melhoria das ligações de transporte na Polónia

## ALBINO CAPORALE

Director-Geral, Desenvolvimento Económico, Região da Toscana



**Em 2005, Albino Caporale assumiu funções na Autoridade de gestão do DUP Obj. 2 2000-2006 e é actualmente responsável pelo PO Competitividade Regional e Emprego FEDER Região da Toscana. Em 2007 foi igualmente nomeado Director-Geral adjunto das Políticas Industriais, Inovação & Investigação, Industrias especializadas.**

*Do seu ponto de vista, qual foi o impacto da Política de Coesão no período de programação 2000-2006?*

Em termos de gestão, foi feita uma tentativa para simplificar o processo de tomada de decisão através da transferência de mais autonomia para as Regiões responsáveis pelos programas. E isso implicou dividir as funções das actividades de acompanhamento. Os métodos de gestão de programas seguiram este modelo, apesar de nem sempre terem produzido resultados significativos em termos de eficiência redobrada.

Foram ainda reforçados os seguintes elementos: as funções para a avaliação de programas no âmbito dos critérios de responsabilidade dos intervenientes, a parceria político-institucional, a importância do papel das instituições locais e o papel vital das políticas de desenvolvimento regional.

O período de programação 2000-2006 confirmou o valor e a função de uma Política de Coesão a nível regional europeu, que continua a representar a «alavanca mais influente» apesar de ainda não ter ocupado um lugar de topo correspondente ao seu peso financeiro.

*Se pudesse mudar um dos aspectos da Política, qual seria?*

O debate sobre as Perspectivas Financeiras 2007-2013, assim como os primeiros documentos e acções que estão a alimentar as reflexões para o período pós-2013, baseiam-se no reconhecimento de uma contradição que se encontra no âmago da Política de Coesão: mais do que qualquer outra, a Política de Coesão assenta em princípios da territorialidade e da adicionalidade e, por conseguinte, está mais próxima dos cidadãos e das empresas – mas, apesar de ser a face tangível da UE, é olhada de forma circunspecta pelos Estados-Membros.

A Política de Coesão corre o risco de ser vista meramente como um extraordinário meio de intervenção em zonas que padecem de um maior atraso em termos de desenvolvimento.

A experiência dos últimos ciclos de programação dos Fundos Estruturais reforçou a importância da noção de território sem, contudo, ser capaz de representar plenamente o valor acrescentado de uma política que conduziu, afinal de contas, a uma Europa genuinamente mais coesa.

*Pensa que o «Relatório Barca» – solicitado pela Comissária Danuta Hübner – contém soluções para uma possível reforma da Política de Coesão da UE?*

O «Relatório Barca» refere todos os aspectos críticos da actual Política de Coesão, apresentando argumentos teóricos e políticos decisivos em prol da continuação da Política, desde que sejam feitas algumas alterações.

Acho, que as propostas de alteração, do «Relatório Barca» são razoáveis e viáveis. São também radicais, já que esbarrarão inevitavelmente contra a «intransigência intelectual», à semelhança do que acontece com qualquer reforma.

Um dos pontos fortes do relatório é o facto de demonstrar que uma Política de Coesão reformada é vantajosa tanto para os Estados-Membros como para os territórios (governos regionais e entidades locais).

« O período de programação 2000-2006 confirmou o valor e a função de uma Política de Coesão... »

Protecção da linha costeira no Báltico

# JOHN BACHTLER

Professor de Estudos de Política Europeia e um dos Directores do European Policies Research Centre (Centro de Investigação de Políticas Europeias) na Universidade de Strathclyde, em Glasgow



**Bachtler já publicou livros, capítulos, artigos e teses de investigação sobre o desenvolvimento e a política regional, bem como sobre as políticas do sector dos serviços.**

## *Do seu ponto de vista, qual foi o impacto da Política de Coesão no período de programação 2000-2006?*

No decorrer de 2008-2009, o Centro de Investigação de Políticas Europeias realizou uma avaliação sobre a gestão e a aplicação da Política de Coesão no período 2000-2006. O nosso estudo identificou várias tendências importantes:

- Provas da existência de um maior trabalho em parceria.
- O processo de programação baseou-se, regra geral, nalgumas análises, na reflexão estratégica e consulta dos parceiros, e utilizou de uma forma mais consistente a avaliação *ex ante*.
- Foi dada mais atenção ao acompanhamento, apesar de, por vezes, terem surgido dúvidas quanto à informação prestada.
- Foi dado uma maior ênfase à gestão financeira, controlos e auditorias, sobretudo procedimentos de conformidade com novos regulamentos de aplicação e acompanhamento mais rigorosos dos fluxos financeiros, no sentido de evitar a anulação automática.
- O desenvolvimento de uma cultura de avaliação foi ajudado pelo requisito de uma avaliação intercalar (AI) e de AI actualizada; esta última foi, especialmente, utilizada para a preparação das estratégias para o período 2007-13. Muitos Estados-Membros realizaram as suas próprias avaliações.

Contudo, estes desenvolvimentos não foram universais. É, por conseguinte, necessário conhecer a razão pela qual depois de 15-20 anos de gestão da Política de Coesão, tantas autoridades de gestão são incapazes ou, não têm a vontade, de explorar plenamente o potencial dos processos de gestão e de execução da UE. Até que ponto o problema se deve a constrangimentos internos ou a factores externos?

## *Se pudesse mudar um dos aspectos da Política, qual seria?*

A gestão dos Fundos Estruturais precisa de recuperar um sentido de «missão política» – parte do qual se perdeu na última década. Muitos dos programas passaram a preocupar-se mais com a questão financeira em detrimento da qualidade do projecto. Enormes recursos administrativos são dedicados à produção de relatórios, a sistemas de acompanhamento e de gestão financeira, concebidos mais para garantir, a conformidade com os regulamentos, do que para serem instrumentos de gestão do programa. Cada vez mais tempo é dedicado ao controlo financeiro e às auditorias.

Um dos efeitos mais nefastos diz respeito ao facto das partes interessadas estarem a sentir-se frustradas e desiludidos com esta política. Existem casos de beneficiários que evitam candidatar-se a fundos da UE devido à complexidade administrativa.

## *É uma afirmação corrente que o método de aplicação da Política de Coesão representa um «valor acrescentado». Há provas disso?*

A nossa avaliação debruçou-se sobre a questão de saber se há provas de «repercussão» («*spillovers*») dos Fundos Estruturais nos sistemas de gestão das políticas nacionais dos Estados-Membros. Frequentemente mencionada como «valor acrescentado», esta questão deu já azo a acérrimos debates. A este respeito, poderia chegar-se a uma conclusão ambígua: a experiência na utilização dos Fundos Estruturais influenciou (em geral de forma positiva) as práticas e os procedimentos decididos pelos Estados-Membros de gestão das suas próprias políticas internas. No entanto, este tipo de mudança depende de «empreendedores políticos» activistas e de um empenho político forte.

### **PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:**

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/expost2006/wp11\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/expost2006/wp11_en.htm)

« As estatísticas mostram que as regiões que receberam financiamento cresceram mais rapidamente do que as outras no mesmo período de tempo »

# A AVALIAÇÃO *EX POST* DOS OBJECTIVOS 1 & 2, PERÍODO 2000-2006: APANHADO DOS RESULTADOS

Os efeitos da Política de Coesão entre 2000-2006 foram examinados sob diferentes ângulos, usando vários métodos de avaliação. Estes diferentes blocos encaixam uns nos outros oferecendo uma visão abrangente do impacto da Política de Coesão durante o período 2000-2006. Por um lado:

- através de modelos económicos, dados administrativos e análise dos sistemas de gestão e de aplicação
- e, por outro, graças a uma listagem das áreas de intervenção para as quais o FEDER e o Fundo de Coesão contribuíram de forma significativa.

## Impacto da Política de Coesão em 2000-2006

O impacto da Política de Coesão é composto por quatro elementos à volta deste círculo:

- Efeito sobre o PIB e emprego,
- Contributo para os objectivos ambientais e desenvolvimento territorial equilibrado,
- Resultados nos principais sectores.
- Contribuição para a criação de capacidades e lições a tirar das políticas em todos os Estados-Membros.

### EFEITOS MACROECONÓMICOS

- Dois modelos (HERMIN, QUEST) simulam os efeitos a longo prazo da Política de Coesão no PIB, emprego e capital nas regiões de Objectivo 1.
- PIB cumulativo comparativamente a uma situação sem Política de Coesão em 2009 (resultado do QUEST):
  - + 0.61 % Alemanha
  - + 5.0 % Polónia
  - + 9.5 % Espanha
  - + 15.7 % Portugal
- Efeito sobre o emprego em 2008 comparativamente a uma situação sem Política de Coesão: + 819 000 pessoas (HERMIN)

## TRANSPORTE

- O FEDER co-financiou 24 % da extensão das auto-estradas na UE com um desenvolvimento significativo da rede rodoviária.
- 13 % de todas as linhas ferroviárias de alta velocidade na Europa foram co-financiadas pelo FEDER.
- Transporte intermodal e urbano, transfronteiriço.

## APOIO ÀS EMPRESAS

- As PME são os principais beneficiários do apoio do FEDER (83 % do fundo). Recurso crescente aos instrumentos indirectos – serviços às empresas, apoio aos *clusters*, às redes.
- Foram criados pelo menos 638 000 empregos.
- No estudo de caso da Alemanha de Leste, existem provas de que o apoio ao investimento directo contribui para aumentar a actividade produtiva e o investimento.

## SISTEMAS DE GESTÃO & APLICAÇÃO

- A UE a 10 conseguiu criar sistemas cuja finalidade é a utilização correcta dos recursos: melhorias significativas no decorrer do tempo e impacto positivos nos sistemas de governação nacionais.
- Tanto a UE10 como a UE15 precisam de concentrar mais nos resultados.

## MUDANÇAS ESTRUTURAIS & GLOBALIZAÇÃO

- As dependências podem ser alteradas através de políticas regionais bem definidas de longo prazo. Os programas de Objectivo 2 são mais eficazes sempre que reforçam as políticas regionais e não perseguem objectivos adicionais.
- A contribuição do FEDER é mais eficaz sempre que as intervenções se focalizam na inovação e na internacionalização.

## AMBIENTE & ALTERAÇÕES CIMÁTICAS

- € 25.5 mil milhões gastos em intervenções relacionadas com o ambiente em 2000-2006.
- Mais 14 milhões de pessoas ligadas aos sistemas modernos de fornecimento de água; mais 20 milhões de pessoas a beneficiar de instalações de tratamento de água.
- A Comissão Europeia deve afirmar inequivocamente que o respeito pelos requisitos ambientais da UE é um objectivo da Política de Coesão ainda que o mesmo não conduza, a curto prazo, a um crescimento da economia.

## DESENVOLVIMENTO RURAL

- O FEDER contribui significativamente para o desenvolvimento das áreas rurais, tanto nas regiões de Objectivo 1 como 2.
- A Política de Coesão deverá dar maior visibilidade ao seu contributo para os cidadãos das áreas rurais rurais.

## GÉNERO & DEMOGRAFIA

- Demografia: as regiões começaram a apoiar projectos neste domínio, apesar de esta não ter sido uma prioridade no início do período de programação.
- Os resultados das avaliações sugerem que estas medidas não são suficientes para transformar a igualdade de género numa prioridade horizontal – tornam-se mais eficazes quando apoiadas por acções específicas e tangíveis. O número de prioridades horizontais devia ser limitado às mais relevantes para as regiões.

# NOVO SISTEMA

## DE METROPOLITANO EM ATENAS

**As palavras «Atenas» e «transporte» juntas sempre fizeram empalidecer até a pessoa mais apaixonada por esta cidade – agora a cidade está pronta para desfazer essa imagem.**

Entre 1965 e 1983, o número de utentes dos transportes públicos diminuiu em cerca de metade, caindo de 973 milhões para 510 milhões – no mesmo período deu-se um crescimento acentuado do número de carros. Resultado: congestão, poluição e problemas de saúde pública. Solução: um novo sistema de metropolitano.

### Um sistema de transporte mais rápido e mais limpo

A construção do sistema de metropolitano da cidade começou em 1992, um projecto extenso, repleto de complicações técnicas, desde terremotos à preservação de achados arqueológicos. Antes disso, as pessoas dependiam, sobretudo do autocarro e estavam sujeitas ao mesmo congestionamento dos utilizadores dos automóveis. No final da primeira fase, a partir de 2004, as extensões começaram a ser ligadas. No total, foram construídos 30 km de linhas que, em 2007, ajudaram aproximadamente 200 milhões de utentes nas suas vidas quotidianas, fugindo das estradas congestionadas, aliviando dessa forma a pressão sobre as mesmas. O metropolitano de Atenas ajudou, sem dúvida, a diminuir o problema do trânsito no centro da cidade, graças às 650 000 pessoas que o utilizam diariamente, em particular no corredor de trânsito servido pelo metro.

#### ENTRE 1994-1999 A PRIMEIRA FASE RECEBEU

€ 2.1 MIL MILHÕES:

- 50 % dos quais do FEDER e Fundo de Coesão
- 39 % de empréstimos do Banco Europeu de Investimento
- 11 % do Estado grego

#### ENTRE 2000-2006, A FASE DE EXTENSÃO RECEBEU

€ 2.2 MIL MILHÕES:

- 43 % do FEDER e Fundo de Coesão
- 38 % de empréstimos do Banco Europeu de Investimento
- 19 % do Estado grego

Estima-se que a primeira fase do projecto contribuiu para reduzir em 70 000 o número de automóveis no centro, o que representa 335 000 km a menos diariamente. Estimativas mais recentes fornecidas pela Attiko Metro SA apontam para uma redução de 120 000 trajectos diários de carro no seguimento da abertura das extensões. Menos carros significa maior facilidade de estacionamento e uma consistente e significativa diminuição de poluentes atmosféricos.

Viajar na cidade é hoje mais eficiente – uma interrupção recente do sistema resultou no aumento de 20-25 % do tempo de deslocação em hora de ponta, das principais artérias com o mesmo que o do metro.

### Construir infra-estruturas, criar parcerias

A avaliação do projecto revelou inúmeros exemplos de boas práticas de colaboração entre parceiros, nomeadamente, entre autoridades de gestão, facto particularmente notável dada a pressão adicional de um prazo de finalização apertado imposto pelos Jogos Olímpicos.

Foram igualmente necessárias escavações arqueológicas, assim como a preservação, transporte e exibição dos achados, o que exigiu uma estreita cooperação entre órgãos tão diversos como a Attiko Metro SA, o Consórcio Metro Olímpico (*Olympic Metro Consortium*) e o Ministério da Cultura. O Ministério supervisionou todo o trabalho arqueológico, ao passo que a Attiko Metro financiou e coordenou as escavações em colaboração com os empreiteiros e as autoridades e serviços envolvidos.

Atendendo a que o projecto abarca diferentes autarquias, várias autoridades locais estiveram envolvidas juntamente com os operadores de transportes públicos. Artefactos delicados tinham de ser salvos da iminência da realização dos Jogos, existia toda uma complexa rede de organizações a ser coordenada – os líderes do projecto podem dar-se genuinamente por satisfeitos em termos profissionais.

### Incentivar o emprego e o turismo

Redução do tempo de deslocação, juntamente com uma apresentação imaginativa, nas estações, dos objectos encontrados são incentivos de boas-vindas para que os turistas visitem esta cidade – o próprio metropolitano tornou-se numa vitrina do património de Atenas. Zonas afastadas do centro da cidade são hoje servidas pelo metropolitano e, como resultado, estão a ser regeneradas graças à possibilidade de deslocação rápida até ao centro. Para muitos habitantes, a deslocação diária para e do emprego tornou-se menos demorada.

#### PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://www.ametro.gr/page/>



Diminuição do trânsito rodoviário em Atenas

# CZECHINVEST – O INVESTIMENTO

## INTELIGENTE COMEÇA AQUI

O investimento e o desenvolvimento empresarial são as duas actividades principais da CzechInvest, uma agência que presta serviços gratuitos a empresas nacionais e estrangeiras desde 1992. Nessa qualidade, desempenhou um papel determinante em 1200 investimentos realizados num montante total aproximativo de CZK 650 mil milhões (€ 26 mil milhões).

Em 2004, a CzechInvest começou a canalizar fundos europeus para empresas sediadas na República Checa. A CzechInvest geriu cerca de € 350 milhões a favor destas empresas, através do Programa Operacional Indústria e Empresas.

UE em 2007	€ 4.9 milhões de fundos regionais
e mais	€ 5.09 milhões em 2008

### Acompanhamento dos mercados

A CzechInvest começou por se concentrar em projectos do sector fabril (automóveis, electrónica, espacial) e hoje em dia gere sobretudo projectos no domínio da I&D (centros de tecnologia) e serviços de apoio às empresas (apoio ao cliente, serviços financeiros e de contabilidade).

O maior projecto da CzechInvest está a ser desenvolvido como Hyundai. Está a ser construída uma fábrica de raiz com um investimento de € 1 mil milhões, situada no norte da Moravia, que criará cerca de 12 000 empregos.

### A criar uma boa reputação

A CzechInvest é hoje vista como o ponto de partida para o investimento inteligente, tendo ganho fama de ser o órgão intermediário mais eficiente na República Checa. Quais são então os factores-chave para o sucesso desta agência?

- A criação de representações regionais por toda a República Checa, 13 no total, pois a ideia era ir ao encontro dos clientes. Esta política permitiu à agência prestar serviços de elevado nível e de forma sistemática a todos os seus clientes em todas as regiões do país que gozam de autonomia administrativa.
- A criação de uma linha de informação gratuita, a funcionar desde há quatro anos, foi um passo inovador. Este serviço respondeu a mais de 33 000 pedidos de informação sobre os subsídios da UE.

Alexandra Rudysarova, CEO da CzechInvest explica, «a República Checa proporciona um pacote bastante aliciente de incentivos aos investimentos no país. Fomos capazes de fazer os ajustamentos necessários relativamente aos fundos da UE para que pudessem ser usados para apoiar os projectos mais promissores na área de I&D e os investidores mostraram-se satisfeitos.»

### Responder aos desafios

Um dos maiores desafios que a CzechInvest teve de enfrentar foi encontrar orçamento para contratar novo pessoal para as suas representações regionais, mas a agência acabou por conseguir convencer os bancos a conceder-lhes o empréstimo necessário. Em seguida, foi necessário encontrar o pessoal mais indicado. O que chegou a demorar seis meses. A agência procurava candidatos com experiência no mundo empresarial que pudessem compreender as necessidades das empresas privadas e fossem capazes de falar a sua língua.

### Dar o exemplo

A rede de representações regionais é hoje considerada como altamente profissional e continuará o seu trabalho no novo período de programação 2007-2013. Durante este lapso de tempo, as empresas que operem fora da capital receberão mais de € 3,6 mil milhões do Programa Operacional Empresas e Inovação.

Esta abordagem tem potencial para ser transferida para outros contextos e países – na condição de que exista uma liderança forte e convincente, tal como a que demonstrou a CzechInvest.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO:  
[www.czechinvest.org](http://www.czechinvest.org)

Melhoria do ambiente empresarial na República Checa

# O PARQUE DE CIÊNCIAS E EMPRESAS DE LAHTI

## CLUSTER DE TECNOLOGIAS LIMPAS DA FINLÂNDIA

Entre 2000-2006, o Parque de Ciências e Empresas de Lahti recebeu:

€ 855 982 do financiamento total do FEDER que é de € 2 463 179

**Em tempos, região onde se encontrava a indústria pesada, Lahti no sul da Finlândia foi duramente afectada pela queda do seu principal mercado, a União Soviética. Um terço da madeira, metal e produtos de plástico que a cidade produzia destinavam-se ao outro lado da fronteira – quando este mercado acabou, acabou igualmente a prosperidade da cidade. Mas graças ao apoio do FEDER, a indústria de tecnologias limpas e amigas do ambiente floresce numa cidade que no passado era cenário de fábricas de papel e unidades de fundição. Em 2000, a economia debatia-se ainda tentando absorver o impacto destas mudanças e a taxa de desemprego rondava os 12 % na região.**

O Parque alberga hoje cerca de 120 empresas, um consórcio de cinco universidades e empresas públicas de desenvolvimento. Como é que tudo começou?

### O segredo do sucesso

Um dos principais objectivos da estratégia de desenvolvimento da região era aumentar e melhorar a atracção e a competitividade das empresas. Foram usadas duas abordagens: desenvolvimento de PME e respectiva conjuntura e apoio às novas tecnologias e formação. Foi nesta altura que a ajuda do FEDER se tornou fundamental. No âmbito desta prioridade, o FEDER apoiou os projectos ambientais das empresas envolvidas, com o objectivo

de desenvolver negócios, competitividade e emprego através da inovação. A ajuda incluía também a noção de reforço dos laços internacionais.

A geografia desempenhou aqui o seu papel - Lake Vesijärvi possuía um potencial de investigação que captava interesse científico para a região, e em 2005 Lahti beneficiou da criação de um sistema de inovação regional.

A região teve que definir claramente os seus domínios de desenvolvimento económico. Cada um dos Conselhos Regionais especificou a sua dotação para os projectos em áreas específicas usando os programas regionais como orientação, e determinou a sua estratégia de longo prazo de acordo com estes parâmetros. Estas medidas permitiram à Região de Päijät-Häme concentrar-se nas suas potencialidades.

### No Parque

O Parque de Ciências e Empresas assumiu desde logo a liderança em termos de tecnologia ambiental e serve hoje de ponto de encontro a investigadores da área ambiental, educacional e empresarial. O Parque coordena o cluster de tecnologias limpas, cujos principais domínios de competência são a reciclagem, eficiência dos materiais, eficiência energética e a purificação da água.

As universidades, empresas, organizações para o desenvolvimento, organizações de financiamento e autarquias juntaram-se para disponibilizar serviços e propor projectos inteiramente assentes nas necessidades das empresas e, simultaneamente, coordenam todas as actividades. O sector privado detém 12 % dos direitos de propriedade.

E os próprios colaboradores põem o seu dinheiro na mesa. O volume de negócios do Parque foi de € 7,2 milhões em 2009, tendo € 0,9 milhões sido financiados pelo FEDER (12 %), € 2,7 milhões por outras instituições públicas (Ministérios, Tekes, etc.) e pelo FSE, € 1,5 milhões por privados, e € 2,1 milhões pelas autarquias (sobretudo a cidade de Lahti).

### Trabalhar com vista o futuro

Graças à constante ênfase no reforço das competências, a reciclagem e a gestão de resíduos representam hoje mais de 50 % dos negócios do sector da tecnologia limpa na região, e a crescente importância da eficiência dos materiais e o sistema de controlo e *feedback* nos sectores tradicionais justificou a atenção do FEDER neste campo.

O Parque de Ciências e Empresas de Lahti transformou-se no principal centro de tecnologia ambiental na Finlândia. O cluster de tecnologias limpas atraiu várias empresas internacionais em franco crescimento. Em 2006, 70 empresas sediaram-se no Parque, além de 41 empresas incubadoras e aproximadamente 200 parceiros empresariais activos. Entre 2005 e 2007, foram investidos mais de € 30 milhões e criados 170 novos empregos na região.

**PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:**

<http://www.lahtisbp.fi/en>

Mais verdes no novo parque empresarial



# CONJUGAR AS NECESSIDADES DAS MULHERES COM AS DA ECONOMIA LOCAL DE SALZBURG

**Numa região onde não há uma única mulher à frente de uma autarquia, o trabalho do gestor de projecto para a igualdade de oportunidades prometia trazer desafios. Desde que Andrea Schindler-Perner assumiu as funções há oito anos atrás, o distrito rural de Lungau (Áustria) avançou muito.**

Quando Andrea Schindler-Perner foi nomeada em 2002, quase não existiam infra-estruturas que permitissem às mulheres conciliar a vida profissional com a familiar, por exemplo, praticamente não existiam infantários abertos o dia todo. Os dados relativos a esse período reflectem esse défice: menos de metade das mães estavam a trabalhar, auferiam salários 30 % mais baixos do que os dos homens, e mais de 80 % de mulheres licenciadas abandonaram a região.

O cargo de Schindler-Perner, criado graças ao co-financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pretendia ser o ponto de viragem.

Olhando para trás Schindler-Perner afirma que o início foi difícil. «Eu era a única mulher no meio de um grupo de decisores homens, com pouco poder político, pessoal e orçamento.» As estruturas patriarcais não foram o único desafio; havia uma total falta de sensibilização relativamente à questão da integração da perspectiva de género.

Mas, Andrea Schindler-Perner estava determinada a mudar as coisas. Ela própria era mãe de duas crianças, tinha dificuldades em conciliar o trabalho e a família quando regressou à região de Lungau depois de se ter licenciado: «Se a minha mãe e o meu marido não me tivessem ajudado, não poderia ter ficado.»

## «Pagitsch Kinderland» – serviço de guarda de crianças aberto todo o dia, todo o ano, no interior da empresa



Ter percebido, logo à partida, a necessidade de serviços de guarda de crianças, foi determinante Schindler-Perner e para a criação de um infantário na empresa de construção Pagitsch. Esta empresa com um crescimento rápido, que empregava na altura cerca de 160 pessoas, contactou-a para recrutar candidatos femininos que colmassem as suas crescentes necessidades de pessoal a nível regional. O projecto-piloto foi lançado no seguimento

de um estudo que identificou os serviços de guarda de crianças como um incentivo importante.

Co-financiado pelo FEDER, assim como através de fontes nacionais, o serviço abriu as suas portas em 2006 disponibilizando um apoio profissional durante o dia para crianças entre os dois e os 14 anos, em grupos até 16 crianças, seis dias por semana, 12 meses por ano. O horário de funcionamento foi pensado tendo em conta as necessidades dos pais que estavam a trabalhar.

Tendo começado com um só grupo, o sucesso foi tal que um segundo grupo foi criado em 2008. Só em 2009, a Pagitsch contratou 11 mulheres com filhos.

### «PAGITSCH KINDERLAND» – FINANCIAMENTO

- Orçamento total do projecto para um ano (2006): € 105 000
- Contribuição do FEDER: € 47 250 (45 %)
- Outras fontes de financiamento:  
Fontes da Região de Salzburg: € 15 750

O projecto recebeu vários prémios pela promoção da igualdade de oportunidades e responsabilidade social da empresa entregues pelas autoridades da região de Salzburg e pelo Ministério Federal da Economia da Áustria.

## «Lungauer Frauen Netzwerk» – habilitar as mulheres através das redes

Tendo reconhecido que o trabalho em rede entre mulheres empenhadas na questão da integração da perspectiva de género seria útil, Schindler-Perner começou a organizar reuniões sob o tema: assim nasceu a «Lungauer Frauen Netzwerk». Depois de um ano de intensos preparativos, a rede candidatou-se com êxito a um financiamento ao abrigo do programa LEADER+.

A rede conseguiu reforçar os papéis das mulheres nos processos de tomada de decisão e aumentar o nível de sensibilização para as questões do género, através da organização de eventos, sessões de formação, troca de informação e presença dos meios de comunicação social.

### LUNGAUER FRAUEN NETZWERK – FINANCIAMENTO

- Orçamento total do projecto para três anos (2003-2006): € 39 000
- Contribuição do FEOGA: € 20 670 (53 %)

## O caminho a seguir

O estudo de caso de Salzburg demonstra que a aplicação da perspectiva de género em todas as políticas e em todas as fases das políticas, tem resultados úteis para o desenvolvimento regional, desde que seja apoiada pela criação de organismos de defesa da igualdade de oportunidades com um forte empenho político. A região conseguiu bons resultados relativos à igualdade de género, não porque a igualdade de género fosse uma prioridade, mas graças à criação de um organismo de execução (dois promotores de projectos na área da igualdade de género).

Será que Andrea Schindler-Perner se dá por satisfeita com os resultados atingidos até agora? «Estamos a avançar na direcção certa, mas ainda temos muito caminho a percorrer», afirma. É necessário um empenho a longo prazo para tornar a igualdade de oportunidades uma realidade na região.

### PARA SABER MAIS, VISITE OS SÍTIOS:

<http://www.lungauerfrauennetzwerk.at/>  
<http://www.pagitsch.at/>

# AVALIAÇÃO – QUE MÉTODOS USAR?

**A escolha dos métodos é um passo fundamental após ter sido decidido o tema e as principais questões. Os métodos não são apenas importantes para a pessoa ou empresa que procede à avaliação – todas as autarquias, regiões ou administrações que encomendam avaliações deviam, no mínimo, ter uma ideia das ferramentas disponíveis, suas possibilidades e limites. Por último, mas não menos importante: os métodos variam a nível de tecnicidade e de custos.**

A dificuldade em aferir os métodos mais apropriados fez-se especialmente sentir numa altura em que a DG Política Regional teve de definir uma abordagem para a avaliação *ex post* do período 2000-2006 com mais de 230 programas das regiões do Objectivo 1 e 2, de diferentes dimensões (entre € 6 milhões a € 6 mil milhões!) em 25 Estados-Membros. Uma das primeiras decisões foi seleccionar as principais áreas de intervenção e adaptar as questões e os métodos a estes temas, para que pudesse ser feita uma avaliação de elevada qualidade. Além disso, a selecção de áreas atraiu académicos e consultores especializados em diferentes sectores.

A escolha dos instrumentos de avaliação mais adaptados é importante. Mas não existe nenhum método que possa responder a todas as perguntas. Os métodos dependem das perguntas a ser respondidas, das informações e dos utilizadores. Todos os métodos têm os seus limites, são falíveis e captam apenas uma pequena parte, da complexidade das nossas sociedades.

## Responsabilidade: em que é que gastamos o dinheiro?

As boas políticas precisam de um bom sistema de informação e contabilidade. Os decisores políticos querem saber o que foi criado graças aos Fundos Estruturais (i.e. quantas empresas recém-criadas receberam apoio). Hoje, a maioria dos programas reúne este tipo de informação e dados que servem como indicadores de resultados.

A primeira tarefa da avaliação *ex post* foi reunir informação sobre os efeitos materiais dos programas. Não se tratava ainda de uma avaliação, mas sim de um dos primeiros pilares, e é aliás informação que interessa aos decisores políticos.

A equipa de avaliadores analisou a informação a partir dos sistemas de acompanhamento dos Estados-Membros. Muito rapidamente se verificou que esta informação – apesar de ser muitas vezes útil para os programas individuais – era fragmentada em termos de imagem global da situação em todos os Estados-Membros. Os estudos forneceram mais informações relativas às principais áreas de intervenção.

## Métodos qualitativos: será que os programas da Política de Coesão responderam às necessidades reais? O que é que realmente aconteceu nestes programas? Por que razão alguns foram melhores do que outros?

Os números por si só não bastam para convencer os contribuintes e os políticos de que os dinheiros públicos estão a ser bem investidos. Razão pela qual a avaliação *ex post* utilizou de forma intensiva os estudos de casos. No total, foram incluídos 84 estudos de caso e 39 exemplos de boas práticas. A maioria das equipas de avaliadores realizou entrevistas com interessados para obter informações e verificar as conclusões. Este tipo de estudos qualitativos pode fornecer muitas outras informações, para além dos efeitos quantificáveis, úteis para os políticos e cidadãos na hora de compreender o impacto das medidas políticas no terreno.

Estes métodos tentam responder à questão de saber porque é que um conjunto de intervenções produz efeitos, pretendidos e imprevisíveis, quem beneficia e em que contexto. Esta abordagem não produz um número, mas sim uma narrativa. Baseia-se na ideia de uma teoria da mudança. Razão pela qual este conjunto de métodos também ser denominado «avaliação de impacto baseada na teoria.»

## Testar avaliações de impacto baseadas em cálculos para os programas ao abrigo do FEDER

Existem métodos extremamente populares e aceites nas ciências naturais e sociais, mas que não foram ainda usados extensivamente na avaliação dos programas ao abrigo do FEDER – a avaliação de impacto baseada em cálculos. A ideia base dos métodos que usam cálculos é reconstruir o que teria acontecido na ausência da intervenção.

Visto que os programas de desenvolvimento regional não podem ser copiados sob condições controladas como se tratasse de experiências físico-químicas, a única forma de descobrir uma resposta aproximativa a esta pergunta é a criação de grupos de controlo. Por exemplo, num programa de apoio à criação de empresas seria importante comparar o desenvolvimento de empresas que receberam fundos públicos com um grupo de empresas que não beneficiaram desse tipo de ajuda. Idealmente, mas raramente possível no âmbito da Política de Coesão, isto pode ser feito através de uma selecção aleatória dos beneficiários a partir de um numeroso grupo de candidatos.

Responsabilização das partes significa uma boa política



## VISÃO GERAL DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO COM EXEMPLOS

### AVALIAÇÃO DE IMPACTO BASEADA EM CÁLCULOS

#### *O programa funciona?*

- Testes de controlos aleatórios
- Diferença na diferença
- Criação descontinuada
- Métodos de comparação
- Variáveis instrumentais

### AVALIAÇÃO BASEADA EM TEORIA

#### *Quais as razões do funcionamento do programa?*

- Inquéritos aos beneficiários
- Estudos de caso, entrevistas
- Avaliação realista
- Avaliação participativa

### TRABALHO COM MODELOS

- Modelos macroeconómicos (i.e. HERMIN, QUEST)
- Modelos por sector (i.e. TRANSTOOLS)
- Análise das contribuições – resultados
- Matrizes de responsabilidade social

### AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

- Análise custo-benefício
- Análise custos-eficácia
- Análises multi-critérios
- Avaliação do contingente

Existem outras metodologias para criar grupos de controlo (i.e. diferença na diferença, técnicas de comparação). Algumas delas foram testadas num estudo sobre apoio ao investimento em empresas numa região de Objectivo 1, na Alemanha. O estudo concluiu que este instrumento conduziu a investimentos adicionais nas empresas beneficiárias de apoio. É possível encontrar uma interpretação de causa/efeito para estas diferenças, com base em provas empíricas e algumas suposições.

## Trabalho com modelos – uma imagem mais abrangente

Todos os métodos mencionados analisam os resultados dos programas numa aceção relativamente limitada. Estes métodos não captam uma economia no seu todo, incluindo a interação de um programa com a economia. Os modelos podem ajudar a responder a esta questão. O seu objectivo é copiar os principais mecanismos de todo um sistema económico, que poderá ser uma região ou um Estado. Um modelo podia, por exemplo, questionar se as empresas recém-criadas beneficiárias de apoios realmente criaram empregos numa economia ou se, simplesmente, empurraram empresas não subsidiadas para fora do mercado.

A avaliação *ex post* utilizou dois modelos macroeconómicos para as regiões de Objectivo 1 e 2: HERMIN e QUEST. As simulações efectuadas com base nestes dois modelos deram uma visão dos efeitos dos programas da Política de Coesão relativamente ao Produto Interno Bruto, emprego ou capital social da economia.

Os modelos também podem limitar-se a um só sector. Nesta avaliação, a DG Política Regional e o Centro Comum de Investigação da Comissão testaram um modelo de transporte sectorial (TRANSTOOLS).

Quando se utilizam resultados baseados em modelos, é importante ter presente que os modelos são apenas uma simplificação da realidade; apesar do recurso impressionante à matemática. As

simplificações e os cálculos usados no modelo devem ser explicados ao utilizador, de outra forma os modelos podem criar a impressão de «exactidão».

## Alternativas concorrentes – o que devemos fazer?

Os políticos deparam-se frequentemente com situações em que projectos ou programas alternativos concorrem ao mesmo financiamento. A análise custo-benefício é técnica mais conhecida neste domínio. Esta técnica esforça-se por justificar a decisão de um projecto público pesando todos os custos e benefícios do projecto – comparando os resultados com outros projectos alternativos. Para que esta comparação possa ser viável, os custos e os benefícios são expressos em termos monetários. A DG Política Regional está actualmente a testar a utilidade deste tipo de análise após a conclusão dos projectos relativamente a projectos que receberam apoio do Fundo de Coesão no período 2000-2006.

## Como avançar

A Comissão Europeia (CE) por si só não pode reunir todas as informações sobre o desempenho da Política de Coesão. Razão pela qual a CE encoraja os Estados-Membros a usar alguns dos métodos mais rigorosos nas suas próprias avaliações. Quantas mais avaliações tivermos com provas credíveis relativamente a diferentes aspectos da Política, mais facilmente poderemos ter uma imagem do desempenho da Política no seu todo.

Resumindo: não há milagres, não existe um método único para aferir do êxito ou do insucesso dos programas da Política de Coesão foram ou não bem-sucedidos. Mas as avaliações baseadas numa variedade de métodos podem acumular provas que permitem reivindicar o sucesso.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE O MANUAL COMPLETO DOS MÉTODOS DO GUIA EVALSED:**

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/evalsed/sourcebooks/method\\_techniques/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/evalsed/sourcebooks/method_techniques/index_en.htm)

# A AVALIAÇÃO REFORÇA A POLÍTICA DE COESÃO

**A avaliação é transversal a toda a Política de Coesão. Quando os líderes europeus decidem o respectivo orçamento a nível do Estado-Membro, este tem de ser declinado em objectivos e finalidades e, por último, a nível de projecto. Objectivos e finalidades claros a cada nível podem provar o contributo dos projectos para o cumprimento dos objectivos económicos, sociais e de desenvolvimento territorial europeus. A avaliação ajuda a definir os objectivos e a apurar se estes já foram atingidos.**

As regiões são responsáveis pela avaliação dos seus programas, por verificar se estão a ter o desempenho pretendido e, se tal não for o caso, a introduzir as melhorias necessárias. No período 2007-13, as autoridades nacionais e regionais irão dispor de uma grande liberdade para decidir o que avaliarão e quando o farão. O essencial é que as avaliações sejam concebidas tendo em conta as suas necessidades: se precisarem de resultados, é muito provável que venham a utilizá-las!

Neste aspecto, os coordenadores dos programas em quatro regiões da UE, França, Polónia, Renânia do Norte - Vestefália na Alemanha, e Áustria, dizem-nos como a avaliação as ajudou a concluir os programas de maneira efectiva, respeitando assim os objectivos da Política de Coesão.

## FRANÇA

Tradicionalmente a política de desenvolvimento regional em França tem estado centralizada. Nos 20 últimos anos, a abordagem de planeamento nacional tem vindo a evoluir para uma descentralização e maior responsabilidade das autoridades locais. Além disso, desde 2000 tem-se constatado um desejo crescente de uma melhor coordenação entre os programas ao abrigo do FEDER e os *Contrats de plan Etat-Région (CPER)* que são contratos Estado-Região introduzidos pela política de descentralização em França iniciada na década de 80.

Para ajudar a atingir este objectivo, os programas Estado-Região foram alinhados com o período de programação de sete anos dos programas FEDER (2000-2006). O objectivo é promover acções mais coerentes e aumentar o efeito de alavanca dos fundos europeus e nacionais. Durante este período, a avaliação também trouxe valor acrescentado aos programas Estado-Região ao introduzir novas práticas, tal como a avaliação intercalar, que reforçou a cultura de avaliação, tanto na administração nacional como regional. Esta coerência com o programa FEDER foi reforçada no período em curso através da introdução de avaliações *ex ante* para os programas Estado-Região, criação de comités de avaliação regional comuns e lançamento de avaliações comuns dos programas FEDER e CPER.

**PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:**

<http://www.datar.gouv.fr/>

O DATAR é o organismo nacional responsável pelo planeamento espacial e pelas políticas de desenvolvimento regional em França, fornece orientações no sentido de definir uma estratégia nacional. É ainda responsável pelo processamento e coordenação da avaliação dos programas FEDER e CPER, propõe metodologias e realiza avaliações nacionais temáticas. A nível regional, as prefeituras, em parceria com os governos regionais autónomos (à excepção da autoridade regional da Alsácia a quem este papel foi delegado) são responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação.

Devido a uma complexa divisão institucional de responsabilidades entre as regiões e o nível central, o acompanhamento dos programas nacionais e regionais constitui um verdadeiro desafio. Antes de 2000, as regiões utilizavam o seu próprio sistema de acompanhamento que nem sempre era compatível com o existente a nível central, tornando impossível consolidar os dados recolhidos pelas regiões. O período 2000-2006 ficou marcado pela introdução do PRESAGE, um sistema que permite o acompanhamento das actividades financeiras dos programas co-financiados pelo FEDER. Relativamente às actividades de avaliação, este sistema foi alargado para abranger as actividades de acompanhamento dos CPER no período vigente. Apesar do acompanhamento ser frequentemente entendido como um fardo administrativo, nesta situação serviu de ferramenta de aprendizagem útil para os parceiros do projecto, mas também para as autoridades regionais.

## POLÓNIA

Na fase anterior à adesão à UE em 2004, a Polónia teve de proceder à gigantesca tarefa de criar a partir do nada, sistemas de avaliação de impacto dos programas de investimento. Tal como outros novos Estados-Membros, a Polónia teve de criar infra-estruturas e capacidades institucionais antes da realização de qualquer tipo de avaliação. Esta missão parecia hercúlea. Hoje, contudo, a Unidade Nacional de Avaliação reforça-se dia a dia e o que começou por ser um dever no âmbito do controlo dos programas é agora um exemplo de gestão moderna na administração pública.

Os primeiros passos foram dados em 2004 com esforços intensivos para criar instituições robustas e formar funcionários nas técnicas de avaliação. Até 2006 muito tinha já sido feito no sentido de completar as avaliações *ex ante* dos programas para



o período 2007-13 e colocar questões mais abrangentes sobre como avaliar os impactos, sobre quem devia ser responsável por todo este trabalho e como divulgar da melhor forma os resultados dos seus estudos. A avaliação está hoje a ser feita de forma contínua, integrando estudos e recolhendo dados para revelar o verdadeiro impacto económico dos projectos individuais e os objectivos horizontais dos programas de desenvolvimento regionais.

Depois de ter conseguido tanto num curto espaço de tempo, os avaliadores polacos estão satisfeitos por partilhar os seus conhecimentos e alimentar esta dinâmica de progresso. Todas as partes interessadas estão empenhadas em dar a conhecer os resultados do seu trabalho e a divulgá-los em conferências, através da Internet, de relatórios e bases de dados disponíveis ao público.

A formação na área dos procedimentos de avaliação e as técnicas de aperfeiçoamento continuam a estar no centro do trabalho destes avaliadores. O financiamento da UE garantiu que o processo de avaliação se pode desenrolar continuamente através de novas oportunidades de formação e atribuição de recursos para a investigação neste domínio. Esta formação é completada com a contratação de peritos externos e tirando partido da crescente cooperação internacional. Com esta poderosa combinação de recursos e ambição, a avaliação na Polónia está rapidamente a adquirir uma reputação invejável.

**PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:**

Polónia - <http://www.mg.gov.pl/English>



Financiamento das energias renováveis na Reunião

« O que começou por ser um dever no âmbito do controlo dos programas é agora um exemplo de gestão moderna na administração pública »



## RENÂNIA DO NORTE, VESTEFÁLIA, ALEMANHA

O longo registo de acompanhamento de programas na Alemanha serve de base sólida para extensa variedade de indicadores existentes. Na Renânia do Norte, Vestefália, os avaliadores dos programas estão a comparar uma imagem geral do efeito do desenvolvimento regional com dados financeiros e de emprego. Este trabalho fornece informações sobre a forma como os mais variados projectos estão a contribuir para a criação de emprego, inovação, criação de empresas, e oportunidades de formação profissional.

Em termos de objectivos horizontais, o processo de avaliação também afere os benefícios ambientais e a igualdade de oportunidades. Martin Henricke, chefe da autoridade de gestão no Ministério dos Assuntos Económicos e Energia da região de Renânia do Norte, Vestefália, está convencido de que «o acompanhamento contínuo e a avaliação são a base da transparência, eficiência e eficácia».

Todas as propostas de projectos devem apresentar uma fundamentação detalhada do financiamento em termos de benefícios económicos, sociais e ambientais esperados. Esta riqueza de informação dá os seus frutos com o passar do tempo e quanto mais detalhados forem os benefícios do projecto, mais úteis se tornam neste processo contínuo de avaliação e definição de marcos específicos.

No caso de alguns programas complexos, especialmente os que envolvem novos instrumentos financeiros, é feita uma avaliação detalhada após a conclusão do projecto. Nestes casos, os avaliadores examinam dados quantitativos dos efeitos do projecto, mas também procedem a avaliações mais qualitativas dos níveis de inovação e de melhorias sociais. Por vezes, são contratadas equipas externas para ajudar na análise de determinadas áreas, permitindo um avanço mensurável em áreas mais vastas, tais como a Estratégia para a Protecção do Clima.

Todos estes aspectos podem agora ser reunidos num processo de avaliação fiável e forte que demonstra a pertinência do dinheiro investido em toda uma série de medidas e é a base para se poder melhorar continuamente a gestão de projectos futuros.

### PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

Renânia do Norte, Vestefália  
<http://www.economy.nrw.de/grundsatz/nrwineu/index.php>

## ÁUSTRIA

A força motriz por detrás da avaliação na Áustria foi a nova regulamentação sobre os Fundos Estruturais da UE que encorajou a utilização de uma abordagem mais aberta e lógica.

A avaliação sistémica, pré-requisito para sistemas de avaliação orientados para os processos, exige a partilha de conhecimentos e trabalho em rede no sentido de assegurar a partilha das lições aprendidas.

No período 2000-2006, foi criado um novo instrumento para melhorar a comunicação e a coordenação do processo de avaliação. Tratou-se da KAP-EVA, uma plataforma de trabalho de avaliação e coordenação, criada atempadamente para proceder às avaliações específicas e obrigatórias intercalares.

Integrada na avaliação intercalar de 2003, a empresa de pesquisa Profactor, da Alta Áustria, foi objecto de avaliação relativamente ao impacto regional dos seus projectos de investigação co-financiados pela UE. A avaliação analisou aprofundadamente o impacto do projecto no potencial de inovação das PME locais e regionais, e a transferência de tecnologia. Apesar de serem necessárias algumas melhorias,

tal como encorajar empresas menos inovadoras a aceder ao saber-fazer em matéria de I&D, a avaliação à Profactor confirmou os efeitos positivos dos projectos co-financiados pela UE.

A abordagem seguida em matéria de avaliação foi aprofundada no período 2007-13 com a criação de um processo de acompanhamento estratégico integrado, o «STRAT.ATplus». Na sequência de um estudo-piloto quantitativo (período de observação 1995-2007), foi possível chegar à seguinte conclusão: as regiões que beneficiaram de apoios (no período 1995-2007) estão a desenvolver-se melhor em termos de criação de emprego e mercado de trabalho e progrediram mais em comparação com as regiões que não receberam qualquer apoio. O número de estruturas de activação descentralizadas e criação de órgãos regionais intermédios melhorou as condições de desenvolvimento das regiões.

O processo de acompanhamento estratégico representa uma excelente base de apoio ao princípio de parceria e realça os desenvolvimentos estratégicos regionais da perspectiva dos fundos.

### PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

Áustria - [www.oerok.gv.at](http://www.oerok.gv.at)

O longo registo de acompanhamento de programas na Alemanha serve de base sólida para a extensa variedade de indicadores existentes



Projecto Profactor demonstrou os benefícios do financiamento da UE

# APRESENTAÇÃO DO COMISSÁRIO HAHN, O NOVO COMISSÁRIO EUROPEU DA POLÍTICA REGIONAL

## Qual pensa serem os principais desafios futuros no seu novo papel de Comissário Europeu da Política Regional?

Primeiro, deixe-me começar por dizer que foi um privilégio ter sido nomeado para este cargo. Gerir a Política Regional da UE – uma das grandes histórias de sucesso da integração europeia – é um desafio em si, e eu tentarei continuar o bom trabalho iniciado pelos meus antecessores.

Na minha opinião, devemos desenvolver as economias regionais com base no conhecimento, na inovação e na sustentabilidade. A crise financeira, e o consequente arrefecimento da economia, afectaram todas as regiões da UE. E continua a ter um enorme impacto no desenvolvimento da economia e do emprego. Ao investir mais dinheiros regionais na investigação, inovação e formação seremos capazes de sustentar a competitividade e a inovação nas nossas regiões, que por sua vez, sairão mais fortes desta crise.

Teremos ainda que nos assegurar que a nossa política se concentra, mais do que nunca, em produzir resultados tangíveis e na criação de empregos. Neste mundo estreitamente interligado, o crescimento numa região conduz à criação de emprego numa outra região. O investimento regional acaba por significar o progresso europeu.

## Defendeu a necessidade de tornar os objectivos da Política Regional num dos elementos chave da Estratégia UE 2020 – acha que é uma pretensão realista?

Um dos meus principais objectivos é garantir que a Política de Coesão está o mais alinhada possível com a Estratégia UE 2020. Esta é uma prioridade da maior importância. Esta Estratégia vai definir um quadro para o desenvolvimento económico, social e ambiental da UE para a próxima década. Atingir os seus objectivos não será uma tarefa fácil, atendendo ao actual clima económico. Contudo, graças ao seu quadro integrado de investimento, sistema de cumprimento dos objectivos com provas dadas e apropriação no terreno, a Política de Coesão pode ser, e será, um dos principais motores para atingir os objectivos europeus da Estratégia UE 2020.

## É responsável por um dos maiores orçamentos da União Europeia – como pensa assegurar a avaliação rigorosa do impacto da Política?

Uma Política que vale € 50 mil milhões anualmente representa, de facto, muito dinheiro! A avaliação do impacto do investimento, saber o que funciona e porque funciona, são evidentemente

elementos cruciais para o seu êxito. Acredito, firmemente, que a Política de Coesão deve estar mais orientada para os resultados, deve possuir critérios de desempenho que reflectam a natureza das intervenções e dos objectivos da Política.



Milhões de projectos foram já apoiados por esta Política. Estes projectos são a prova de que o investimento sustentável em infra-estruturas, em melhorias ambientais, na inovação e no desenvolvimento das empresas, e nas competências das pessoas, beneficiaram, de facto, os cidadãos em toda a UE. Informar os cidadãos sobre o que foi realmente feito e conseguido graças ao dinheiro dos contribuintes, não só é crucial, como é também uma pedra angular de uma contabilidade num sistema democrático. Devemos, por conseguinte, assegurar-nos de que dispomos dos melhores sistemas de controlo, para que o contribuinte saiba em que é gasto o seu dinheiro.

Este exercício exigirá uma cultura e empenho na avaliação e no acompanhamento, ainda mais fortes, para que possamos aprender com as nossas parcerias. Um maior foco no desempenho, nos objectivos e resultados poderá ter que estar ligado aos incentivos e condicionalidades para se promover a qualidade.

## Discutiu-se muito sobre o futuro da Política de Coesão – quais pensa serem os principais elementos em jogo?

O ano de 2010 é, de certa forma, um ano chave para se definirem os alicerces do futuro da Política de Coesão, no contexto da estratégia da UE 2020 e da revisão orçamental. Uma das tarefas mais importantes será moldar a Política pós-2013 no sentido de ajudar as regiões a responder aos novos desafios e a avançar para a economia do futuro.

O projecto de integração económica europeia é para todos – daí que a Política de Coesão deva ser uma política a pensar em todas as regiões. Contudo, precisamos de concentrar o futuro apoio num número limitado de prioridades de acordo com a Estratégia UE 2020 e evitar maior multiplicação e fragmentação dos fundos comunitários, aumentando desta forma a eficácia da Política. Para atingir este objectivo, devemos simplificar as regras da Política e focar-nos nos resultados, e trabalhar juntos a todos os níveis no sentido de combinar o apoio dos fundos europeus da Política com orçamentos locais, regionais, nacionais ou orçamentos privados, e assim criar ao um efeito máximo de alavanca para os investimentos.

A Direcção-Geral da Política Regional apoia o desenvolvimento da capacidade de avaliação nos Estados-Membros e nas regiões através de aconselhamento e orientação sobre métodos de avaliação e bons exemplos. O objectivo é ajudar as administrações nacionais e regionais a ser mais rigorosas e fazer um trabalho de melhor qualidade nas avaliações que realizam. Esta ajuda passa pela produção de vários documentos de trabalho e orientações, eventos de avaliação e duas redes de avaliação.

## Rede de avaliação dos Estados-Membros

A Rede de Avaliação dos Estados-Membros é um fórum de discussão entre a Comissão Europeia (Direcção-Geral da Política Regional) e os Estados-Membros sobre questões relativas à avaliação da Política de Coesão. Esta rede é presidida pela Unidade de Avaliação da DG Regio e reúne-se duas ou três vezes por ano para discutir os métodos de avaliação, as boas práticas, os resultados da avaliação e a sua utilização.

Esta Rede facilita a partilha de experiências e de boas práticas entre os Estados-Membros cujo objectivo é reforçar a capacidade de avaliação em toda a União Europeia. A Rede de Avaliação

é composta por representantes dos Estados-Membros responsáveis pela avaliação da Política de Coesão, em particular do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão.

## Rede de peritos em avaliação

O objectivo desta nova iniciativa é compilar todas as provas disponíveis relativas ao desempenho da Política de Coesão, de forma anual, e produzir um relatório anual para cada Estado-Membro. Os primeiros relatórios serão publicados no final de 2010.

Lançada em 2010, esta rede de peritos fará a síntese das provas sobre o desempenho da Política no período 2007-13 analisando o desempenho material e financeiro dos Programas Operacionais. Os peritos analisarão as provas resultantes de avaliações realizadas nos Estados-Membros.

Em conformidade com a Regulamentação em vigor, os Estados-Membros são responsáveis pelas avaliações durante o período de programação de acordo com as suas necessidades e prioridades. Nos dois últimos anos, os Estados-Membros desenvolveram planos de avaliação e muitos deram início a avaliações que estão hoje a trazer uma visão mais aprofundada sobre o desempenho dos programas. A rede de peritos em avaliação fará a análise destes estudos em cada Estado-Membro.

A rede tem ainda como objectivo identificar os exemplos de boas práticas de avaliação (métodos interessantes, dados pertinentes, e muito mais). Os estudos susceptíveis de ser interessantes e úteis para outros Estados-Membros serão disponibilizados numa biblioteca *online* no sítio Internet da DG Regio, onde os utilizadores poderão procurar estudos de avaliação de acordo com diferentes critérios.

## Atentos à inovação em 2010

De acordo com a Estratégia de Lisboa renovada, a Política de Coesão sublinha a necessidade do investimento na inovação no sentido de manter a competitividade, crescimento e emprego na Europa. Um quarto do orçamento do FEDER para o período 2007-13, € 85 mil milhões, será canalizado para actividades de promoção da inovação. O trabalho desta rede de peritos servirá para dar uma visão do tipo de intervenções subsidiadas pelo FEDER e a relativa ênfase das dimensões de inovação dada em cada Estado-Membro.

Será que existe uma dimensão regional das políticas de inovação nacionais e de que maneira os programas apoiados pelo FEDER contribuem para as políticas de inovação nacionais e regionais. Estas são algumas das questões sobre as quais os peritos terão que se debruçar em cada Estado-Membro. O objectivo é podermos ter uma ideia sobre como os programas apoiados pela política de Coesão podem contribuir para reforçar o potencial de inovação da UE.

### Ordem de trabalhos para a reunião de 25-26 de Fevereiro de 2010:

- Relatórios estratégicos nacionais: visão geral dos principais indicadores e resultados de avaliação
- Principais indicadores: Organização do Exercício Piloto e Informação sobre os Relatórios Anuais 2010
- Actualização e apresentações da DG Regio dos resultados finais das avaliações *ex post* relativas aos Objectivos 1 & 2 do período 2000-2006;
  - Alterações estruturais & Globalização
  - Transporte
  - Ambiente & Alterações climáticas
- Actualização sobre a avaliação *ex post* do Fundo de Coesão e do ISPA
- Apresentação dos resultados de avaliação da Polónia (sobre apoio às empresas & grupos de controlo)
- Apresentação dos resultados de avaliação da Suécia e de uma recente publicação sobre avaliações em curso.





## EVALSED

O EVALSED é uma fonte *online* com orientações sobre como definir e realizar avaliações e como garantir a respectiva qualidade. Concebido inicialmente para os decisores – sobretudo os que criam e gerem avaliações – o EVALSED é uma ferramenta prática cuja finalidade é contribuir para o processo de tomada de decisão sobre políticas de desenvolvimento socioeconómico.

O EVALSED define o papel da avaliação no âmbito do desenvolvimento socioeconómico, discute várias formas para desenvolver a capacidade de avaliação e aprofunda a questão dos métodos de avaliação. O EVALSED concentrou-se tradicionalmente nas avaliações dos programas. A experiência da avaliação continua no período 2007-2013 e a avaliação temática, *ex post*, do período 2000-2006 demonstram igualmente o maior potencial das avaliações por temas ou intervenções em obter resultados credíveis. No seguimento destas recentes experiências de avaliação, o Guia que forma parte do EVALSED foi actualizado e impresso para poder promover e melhorar as práticas de avaliação na UE.

### O EVALSED ESTÁ DIVIDIDO EM DUAS PARTES:

- Guia:** destinado aos utilizadores e leitores em geral
- 2 Manuais Técnicos:** de especial interesse para os avaliadores e todos aqueles que desejem transmitir ou adquirir capacidades de avaliação
  - Métodos & técnicas
  - Capacitação

A estrutura dos Manuais Técnicos sobre os métodos e técnicas de avaliação foi recentemente actualizada e foram publicadas novas secções sobre modelos macroeconómicos e avaliação de impacto com base em cálculos. Em 2010, está planeada uma análise mais aprofundada do Guia e dos Manuais Técnicos no sentido de continuar a desenvolver e actualizar os seus conteúdos.

## Conferência sobre avaliação

Conferência internacional sobre «Novos métodos para a Coesão» Política de avaliação: promoção da responsabilidade e da aprendizagem. Conferência realizada em Varsóvia em 2009, Polónia. Os trabalhos debruçaram-se sobre a utilização dos métodos de avaliação que contribuirão para a credibilidade das provas do desempenho da Política de Coesão. Este evento reuniu 500 participantes de todos os Estados-Membros e de países terceiros, incluindo decisores políticos, responsáveis pelas avaliações dos programas da Política de Coesão aos níveis nacional e regional, avaliadores e comunidade académica.

Uma das mensagens chave é que a avaliação precisa de captar os efeitos da Política de Coesão e este é um processo bidireccional: a Comissão sozinha não pode identificar as provas do desempenho da Política – os Estados-Membros e as Regiões também precisam de identificar e reunir essas provas. Devem ser usados métodos de avaliação sólidos nas diferentes áreas de intervenção.

Durante os dois dias de apresentações, discussões e grupos de trabalho sobre métodos de avaliação específicos foi referida, de forma consistente, a necessidade de um debate político sobre o desempenho da Política. A Conferência, muito oportunamente, deu o ensejo a que decisores políticos europeus de renome e avaliadores reflectissem sobre o que a Comissão, Estados-Membros e avaliadores precisam de fazer para garantir que os resultados da avaliação contribuam para o debate político. Se quisermos uma política de resultados e se o quisermos demonstrar através da avaliação, devemos igualmente ter uma ideia muito clara dos seus objectivos – e não sobrecarregar a Política com uma multiplicidade de objectivos.

### PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/evalsed/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/evalsed/index_en.htm)



Em cada edição, a revista Panorama apresenta os desenvolvimentos de dois projectos da perspectiva das pessoas que os gerem. Analisamos os pontos altos e baixos da gestão de um projecto financiado pelo FEDER: identificação dos problemas e partilha de soluções.

### PROJECTO 1

## NO INTERIOR DO LONGLIFE

#### Factos e números

Cerca de € 2,3 milhões serão investidos no projecto Longlife entre Janeiro de 2009 e Janeiro de 2012.

### Construir a pensar no futuro

Graças, em parte, ao projecto Longlife, as considerações ambientais são hoje uma das principais preocupações dos novos projectos de construção residencial na região do Mar Báltico. Estão a ser desenvolvidas práticas, tecnologias inovadoras, procedimentos uniformizados e directrizes no âmbito do projecto, no sentido de elaborar os planos e construir o protótipo de um edifício residencial sustentável, energeticamente eficiente e pouco dependente de recursos naturais.

Os conhecimentos, adquiridos neste processo, serão transferidos para a Dinamarca, Alemanha, Lituânia, Polónia e Rússia. Está previsto que a partilha de conhecimentos venha a diminuir as diferenças relativamente às práticas, tecnologias, regras e procedimentos, e que conduza à construção de edifícios residenciais mais amigos do ambiente.

### Nos bastidores – gestão de um projecto FEDER

#### Conheça o responsável do projecto, Klaus Rückert

Klaus Rückert é o parceiro líder do projecto. Klaus Rückert é professor na área da concepção, estrutura e construção no Instituto de Arquitectura na *Technische Universität Berlin*, e considera este um «pequeno passo» no sentido de alargar a área de pesquisa de países como o México, China, Afeganistão e Irão para a região europeia do Mar Báltico. O professor assumiu a responsabilidade de procurar parceiros, e redigir uma proposta de projecto bem concebida, no âmbito do programa INTERREG IV B.



Um recente feriado nacional na Lituânia foi o motivo para a coordenadora de projecto, Maria Kiefel, enviar as felicitações aos parceiros e associações do projecto sediadas no país, «No âmbito do projecto, é muito importante que as pessoas se sintam apreciadas e informadas,» explica. Com parceiros em países diferentes, equipas de competências de áreas de especialização



distintas e orientações da UE sobre actividades na região do Mar Báltico que estão agora na sua quarta edição, a necessidade de que todos estejam actualizados é grande.

Daí que, quando na última reunião de trabalho, Marie Keilf que apresentou um relatório sobre a situação ao comité restrito, que por sua vez também definiu as principais tarefas para o próximo período abrangido pelo relatório, tenha ficado satisfeita por ver que todas as suas recomendações tinham sido aceites. O próprio relatório e as apresentações de apoio foram enviadas a todos os parceiros do projecto, «Não queremos que ninguém se sinta excluído do grupo», diz-nos Marie Kiefel.

Se a gestão do projecto da região do Mar Báltico apoiado pelo FEDER se tornar demasiado complexa, Marie Kiefel tem à sua disposição um recurso inestimável. O Secretariado técnico conjunto da UE tem sede em Rostock, «Respondem a qualquer pergunta que eu tenha. É um serviço de valor incalculável,» acrescenta.

Por ter sido o primeiro projecto a receber fundos do FEDER no primeiro pedido para apresentação de propostas do último programa, os gestores do projecto têm razão para se sentir orgulhosos com o resultado. E na opinião de Marie Keifel, qual será a chave para um projecto bem-sucedido na região do Mar Báltico? «Tem que haver confiança entre o parceiro líder e o Secretariado técnico conjunto», diz-nos.

### Resultados com sucesso

A atenção concentra-se nos resultados antecipados, visto que o projecto corre sem percalços. O principal objectivo é a criação de um novo edifício, concebido de raiz e certificado como sendo sustentável, para poder ser usado por organismos regionais, nacionais e da UE, responsáveis de planos, cooperativas de habitação, promotoras imobiliárias, empresas e pequenos negócios. E assim que um destes edifícios estiver a funcionar em pleno, a esperança é que outros sejam também criados.

Quando questionados sobre os principais obstáculos na execução do projecto, Rückert disse-nos: «É claro que é necessário um esforço para coordenar 14 parceiros em cinco países, no âmbito de uma área tão difícil!» No entanto, Rückert sublinha de imediato o facto dos seus parceiros de projecto se terem empenhado ao mais alto nível, o que contribuiu para esta viagem sem sobressaltos.

**PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:**

<http://www.longlife-world.eu>

Ao mesmo tempo que acompanharemos o MusoikPark e o Manohealth Centre na nossa próxima edição, nesta descobriremos o que está a acontecer em dois novos projectos – Serviços de Saúde Competitivos e LongLife, envolvendo ambos parcerias em diferentes Estados-Membros.

## PROJECTO 2

### SERVIÇOS DE SAÚDE COMPETITIVOS

#### Factos e números

Cerca de € 1 milhão estão a ser investidos num projecto de Serviços de Saúde Competitivos entre Janeiro de 2008 e finais de 2010.

#### Uma abordagem moderna aos serviços de saúde

A Finlândia, a Irlanda, a Suécia, e a Escócia possuem algumas das regiões menos povoadas da Europa onde a média das densidades populacionais é de 3,5 habitantes por km<sup>2</sup>. Fornecer serviços de saúde a estas regiões com populações envelhecidas e climas frios é um desafio desde há muito conhecido. Contudo, só muito recentemente é que foram encontradas soluções.

Do seu gabinete em Bruxelas, Seppo Heikkilä, antigo Director da Representação do Norte da Finlândia junto da UE, imaginou um plano juntamente com Pasi Parkkila do Hospital Distrital do Norte de Ostrobothnia para prestar serviços de telemedicina e serviços de Saúde *online* a regiões remotas. Graças às suas relações pessoais e conhecimento dos fundos, lançou o projecto Serviços de Saúde Competitivos.

#### Conheça Minna Mäkinemi – coordenador do projecto

Mäkinemi foi convidada a utilizar os seus conhecimentos de especialista no exercício de funções de coordenadora de projecto. Os seus conhecimentos científicos – investigadora na área da multiplicação e reparação do ADN na Universidade do Oulu e, mais tarde, na área de criação de modelos de génese oncológica no Reino Unido – assim como os seus conhecimentos em matéria de informação e de administração pública que colocaram-na na posição ideal para chefiar agora este ambicioso projecto transnacional. Dois anos volvidos desde o início do projecto, Mäkinemi descreve o seu trabalho como «altamente interessante e estimulante», apesar dos inúmeros prazos que devem ser respeitados.

E qual seria o conselho de Mäkinemi para todos os candidatos ao apoio do FEDER? «A administração de um projecto da UE requer muito tempo, muita burocracia e documentar tudo de forma detalhada. Mas a atenção ao detalhe dá os seus frutos, pois facilita em seguida a elaboração de relatórios e a preparação para as auditorias financeiras.»



#### Gerir o projecto – o que é necessário?

A crise económica deixou o sector da saúde a braços com problemas de financiamento e com a necessidade de reduzir as suas despesas. Quando esta situação se combina com a recente epidemia de gripe suína, torna-se claro que estes constrangimentos inesperados deixaram o sector com menos tempo e dinheiro para gastar no

desenvolvimento de novos serviços. Para contornar este problema, o consórcio do projecto tentou garantir que todas as pessoas envolvidas seriam compensadas pelo tempo investido – uma decisão que parece estar a dar os seus frutos.

Mäkinemi sabe que a comunicação é a chave para poder ultrapassar a maioria dos obstáculos que vão surgindo, «A comunicação através do *e-mail* é conveniente, mas não é a melhor ferramenta de gestão. Já organizámos videoconferências e conferências por telefone em complemento às nossas reuniões anuais.» O envolvimento das chefias e o empenho que têm demonstrado são cruciais para o avanço do projecto.

#### Não há distâncias demasiado longas

Depois de muitas discussões e sessões preparatórias, os serviços mais promissores foram seleccionados na Finlândia, Noruega, Suécia e Escócia. «Foram organizadas» sessões de combinação de projectos em Inverness, na Escócia, que reuniram prestadores de serviços e representantes de instalações piloto.

#### Na Finlândia

Foi testada uma inovação sueca para fazer o acompanhamento de dados fisiológicos à distância. Conhecido como Saco de *Check-up* à distância, esta inovação permite medir a pressão arterial bem como os seus níveis de açúcar no sangue, peso e percentagem de gordura no corpo. O dispositivo é igualmente usado para fazer a leitura dos electrocardiogramas nos doentes cardíacos. Toda esta informação pode em seguida ser consultada através de um navegador *web*.

#### Na Noruega

As pequenas comunidades da ilha de Senja tinham grandes dificuldades em atrair médicos de clínica geral para os seus centros. Graças ao Saco de *Check-up* à distância, os médicos estão localizados num só centro podendo oferecer os serviços a todos os habitantes da ilha.

#### Na Suécia

Uma unidade móvel de rastreio oftalmológico leva os seus serviços até à porta dos doentes diabéticos e com glaucoma. A unidade está implantada num camião e é, por conseguinte, fácil de transportar.

#### Na Escócia

A Telediálise (um modelo norueguês) cria uma ligação vídeo entre as unidades de diálise no hospital central em Inverness e um hospital rural em Wick. Este dispositivo vai melhorar o apoio ao pessoal de enfermagem via satélite e a realização de consultas à distância com os doentes renais, os nefrologistas e outros especialistas que trabalham no hospital central.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

[www.ehealthservices.eu](http://www.ehealthservices.eu)

DATAS 2010	EVENTO	LOCAL
19 de Abril	Política de Coesão 2000-2006: quais foram os resultados?	Bruxelas (BE)
19-21 de Abril	Conferência de Abril em Viena/Bratislava sobre a Estratégia da UE para a Região do Danúbio	Viena (A) e Bratislava (Eslováquia)
10-11 de Maio	Conferência de Maio em Ruge sobre a Estratégia da UE para a Região do Danúbio	Ruse (BG)
20-21 Maio	Conferência no âmbito da iniciativa As regiões e a mudança económica - Criar um crescimento sustentável; cerimónia da entrega dos prémios RegioStars 2010 <a href="http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/sustainable-growth/home_en.cfm?nmenu=1">http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/sustainable-growth/home_en.cfm?nmenu=1</a>	Bruxelas (BE)
24-26 de Maio	Conferência «Soluções regionais para as mudanças a nível mundiais: partes interessadas, instituições e organizações» <a href="http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/">http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/</a>	Pecs (HU)
27-28 de Maio	Fórum ultraperiférico europeu	Bruxelas (BE)
10-11 de Junho	Conferência de Abril em Constanta sobre a Estratégia da UE para a Região do Danúbio	Constanta (RO)
21-22 de Junho	Reunião ministerial informal sobre habitação e desenvolvimento urbano <a href="http://www.eu2010.es/">http://www.eu2010.es/</a>	Toledo (ES)
4-7 de Outubro	Jornadas <i>Open Days</i> – 8ª Semana europeia das regiões e das cidades – «Objectivo 2020: Competitividades, cooperação e coesão para todas as regiões» <a href="http://www.opendays.europa.eu/">http://www.opendays.europa.eu/</a>	Bruxelas (BE)

Para mais informações sobre estes eventos, consulte a secção «Agenda» no sítio *web* da Inforegio:  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/agenda/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_en.cfm)

As próximas edições da revista Panorama são:

A **Panorama 34** (Verão de 2010) será dedicada ao tema: «Desenvolvimento integrado».

**Panorama 35** (Outono de 2010) «Luta contra a pobreza e a exclusão social». 2010 é o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social. Esta edição analisa a forma como a Política de Coesão enfrenta os desafios da exclusão social, a pobreza urbana e as comunidades marginalizadas tais como a *Roma*.

**Gostaríamos de ouvir os seus comentários e ideias, se tem algo a dizer contacte-nos por e-mail para:**

**[regio-panorama@ec.europa.eu](mailto:regio-panorama@ec.europa.eu)**

KN-LR-10-033-PT-C

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2010  
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.



■ Serviço das Publicações

**Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional**  
Unidade B.1 - Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros  
Raphaël Goulet  
Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas  
Correio electrónico: [regio-info@ec.europa.eu](mailto:regio-info@ec.europa.eu)  
Sítio *web*: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm)